

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA MAÍSA PARTICIPAÇÕES S.A.**



Pelo presente instrumento particular, como:

EMISSIONA: **MAÍSA PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, à Rodovia BR 304, km 09, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 70.036.132/0001-59, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; como

AGENTE FIDUCIÁRIO: **PENTÁGONO S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Sete de Setembro, 111 - 13º andar, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada nesta escritura e nela interveniente, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta emissão, e como

INTERVENIENTES: doravante e em conjunto assim denominados:

JOSÉ NILSON DE SÁ, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 872-D, expedida pelo CREA-PE, inscrito no CPF sob o nº 002.639.234-87, residente e domiciliado na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Dr. João Dutra, 1899 - 10º andar - Tirol;

GERALDO CABRAL RÔLA, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 423-D, expedida pelo CREA-CE, inscrito no CPF sob o nº 000.208.003-63, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Fonseca Lôbo, 1400 apto. 901 - Aldeota;

e **OSMÍDIO CARVALHO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 294-D, expedida pelo CREA-CE, inscrito no CPF sob o nº 000.292.383-15, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Andrade Furtado, 1245 apto. 201, Papicu.

vêm por este instrumento e na melhor forma de direito, celebrar a presente escritura de emissão de debêntures conversíveis em ações, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da EMISSORA realizada em 10 de fevereiro de 1.997, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado Rio Grande do Norte e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e no jornal Gazeta do Oeste.

II - DO REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº. 6.385, de 07/12/1976 e nº. 6.404, de 15/12/1976, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.



III - DO REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA

A presente escritura de emissão será registrada no competente cartório de registro de imóveis da Comarca de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

IV - DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes características e condições:

1. **PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA:** Será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição pública das debêntures, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.
2. **MONTANTE DA EMISSÃO:** O valor total da emissão será de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões reais), na data de emissão.
3. **QUANTIDADE DE TÍTULOS E VALOR NOMINAL UNITÁRIO:** Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data de emissão.
4. **PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO:** As debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente, pelo seu valor nominal, acrescido dos rendimentos a que fizerem jus, "*pro-rata temporis*", desde a data de emissão até a data da efetiva integralização.
5. **SÉRIES:** A emissão será feita em uma única série.
6. **FORMA E ESPÉCIE:** As debêntures serão nominativas não endossáveis, da espécie subordinada.
7. **DATA DE EMISSÃO:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures desta emissão será o dia 19 de março de 1.997.
8. **VENCIMENTO:** As debêntures desta emissão terão prazo de validade de 10 (dez) anos, vencendo, portanto, no dia 19 de março de 2.007.
9. **REMUNERAÇÃO:** Para o primeiro período de incidência de remuneração, compreendido entre a data de emissão e 19 de março de 2.005, as debêntures desta emissão farão jus a remuneração anual, a partir da data de emissão ou da data de pagamento da remuneração anterior, de acordo com a TAXA ANBID, divulgada pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento e de Desenvolvimento, cumulativa e sucessivamente, observados os prazos respectivos, a ser aplicada sobre o valor nominal unitário das debêntures para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação decorrente desta emissão, inclusive para efeito do pagamento das debêntures por ocasião da recompra, da amortização, do resgate ou do vencimento dos títulos. Os

rendimentos serão pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento realizado no dia 19 de março de 1998. O valor dos rendimentos será obtido mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

a) Fórmula para o cálculo dos rendimentos no período compreendido entre a data de emissão e 19/03/1.999:

$$VR = \left\{ VN \times \left[\prod_{i=1}^n \left(1 + \frac{Tai}{100} \right) \right] - VN \right\} \times \left(\frac{90}{100} \right), \text{ e}$$

b) Fórmula para o cálculo dos rendimentos no período compreendido entre 19/03/1.999 e a data da repactuação, 19/03/2.005:

$$VR = VN \times \left[\prod_{i=1}^n \left(1 + \frac{Tai}{100} \right) \right] - VN, \text{ onde:}$$

VR = Valor da Remuneração;

VN = Valor nominal da debênture, na data de emissão;

n = Número de "sub-períodos de incidência de taxa de juros", a partir da data da emissão ou do vencimento de rendimento anterior, quando for o caso;

Tai = Taxa de juros expressa em percentagem, referente ao iésimo "sub-período de incidência de taxa de juros". Essa taxa será obtida pela média das taxas praticadas em 3 (três) dias (a1, a2 e a3), mais especificamente, nos dois primeiros dias úteis do sub-período em curso e no último dia útil imediatamente anterior ao início do referido sub-período, as quais serão informadas pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento e de Desenvolvimento - ANBID, devendo a taxa ser obtida pelo Agente Fiduciário junto à ANBID.

Entende-se como "sub-período de incidência de taxa de juros", os prazos definidos de acordo com a taxa ANBID mais negociada no instante da definição do sub-período. Assim: a) o primeiro sub-período inicia-se na data de emissão das debêntures e termina no prazo definido pela taxa ANBID, pré ou pós fixada, mais negociada, apurada na data de emissão, ou do vencimento anterior da remuneração das debêntures; b) os sub-períodos seguintes são definidos apurando-se a taxa ANBID mais negociada no dia de vencimento do sub-período anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o do sub-período que se inicia; c) as taxas e os indexadores, se pós fixados, dos sub-períodos, são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério "pro-rata", se necessário, de forma a cobrir todo o "período de incidência de remuneração".

Para o cálculo da média será adotada a seguinte fórmula:

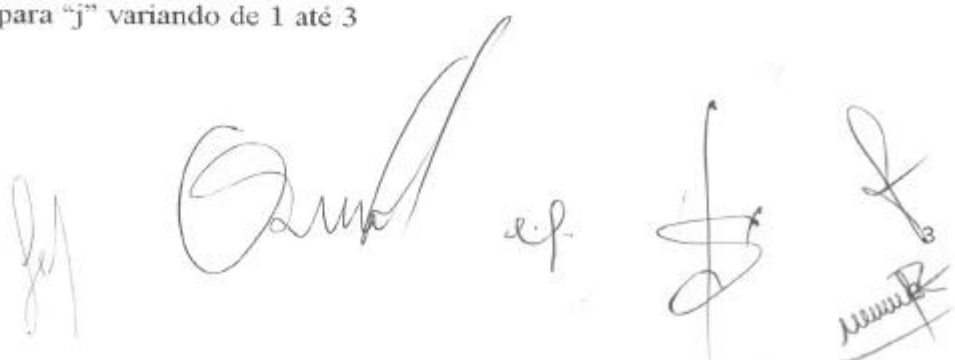
$$Tai = \left[\left(\frac{Ta1 + Ta2 + Ta3}{3} \right)^{du} - 1 \right] \times 100, \text{ onde:}$$

du = Número de dias úteis do iésimo "sub-período de incidência de taxa de juros", sendo que o cálculo do Ta1, Ta2 e Ta3, ou genericamente, Taj, deverá ser feito a partir da fórmula abaixo:

$$Taj = \left[\left(1 + \frac{Tanj}{100} \right)^{\frac{du}{360}} \right]^{\frac{1}{du}} \text{ para "j" variando de 1 até 3}$$

onde:

Tan = Taxa ANBID;

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures, there is a circular stamp from the "Associação Nacional dos Bancos de Investimento e de Desenvolvimento - ANBID". The stamp contains the text "ANBID" and "Associação Nacional dos Bancos de Investimento e de Desenvolvimento".



dt = Número de dias corridos idêntico ao dos depósitos à prazo que apresentarem o mesmo volume de captação no dia da amostragem. O parâmetro dt no primeiro dia útil do sub-período de incidência de taxa de juros" será o número de dias do mesmo sub-período.

dut = Número de dias úteis contidos em dt;

Caso qualquer uma das três taxas mencionadas nas duas fórmulas não seja divulgada no referido período, serão consideradas para o efeito do cálculo as taxas existentes e divulgadas pela ANBID para os outros dois dias. Na falta de divulgação pela ANBID das taxas dos 3 (três) ou 2 (dois) dias acima citados, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósito a prazo, pré-fixados, para lotes de valor equivalente a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a partir da data de emissão, ou data de repactuação, se for o caso, obtidas conforme amostragem acima, pelo Agente Fiduciário junto às seguintes instituições: UNIBANCO -União de Bancos Brasileiros S.A., Citibank N.A., Banco de Investimento Garantia S.A. e Banco Multiplic S.A.

Caso o evento ocorra em data diferente do primeiro dia útil do sub-período para os cálculos acima citados, será utilizada a Taxa ANBID apurada no início do sub-período em que tiver ocorrido o evento, conforme definição do termo Tai, pró rateado exponencialmente por dias úteis.

Caso a Taxa ANBID não possa mais ser utilizada na remuneração das debêntures, por expressa vedação legal ou por decisão judicial, será utilizada em seu lugar a taxa que vier a substituí-la, ou na ausência desta, deverá o Conselho de Administração da EMISSORA estabelecer os critérios para o cálculo da Base de Remuneração, hipótese em que será obedecido, na íntegra e no que couber, o procedimento previsto no item Repactuação abaixo descrito, ficando desde já assegurado, aos debenturistas que não concordarem com os critérios propostos pelo Conselho de Administração da EMISSORA, a apresentação de suas debêntures à EMISSORA para recompra.

Para todos os efeitos de cálculo, o ano será de 360 dias.

10. REPACTUAÇÃO: Caberá ao Conselho de Administração da EMISSORA deliberar sobre as condições da repactuação das debêntures, aprovando o novo prazo de duração - "período de incidência da remuneração" - e as condições da remuneração, juros e prêmio, se for o caso, bem como a época de seu pagamento. As deliberações do Conselho de Administração sobre as condições de repactuação, serão comunicadas pela EMISSORA, por intermédio de publicação, até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada período de incidência de remuneração, informando: a) o prazo do próximo "período de incidência de remuneração"; b) a taxa e condições da remuneração, se for o caso.

Fica desde já definido que o primeiro "período de incidência da remuneração" das debêntures terá início na data de emissão das debêntures e vencimento em 19 de março de 2.005.

11. AQUISIÇÃO OBRIGATÓRIA: A EMISSORA compromete-se a adquirir, pelo valor nominal, acrescido dos rendimentos, se houver, nas datas de repactuação, a totalidade das debêntures em circulação desta emissão, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições das repactuações deliberadas pelo Conselho de Administração da emissora e publicadas até o 20º (vigésimo) dia útil imediatamente anterior ao dia da repactuação. Caso o debenturista opte pela venda das debêntures à EMISSORA, deverá se habilitar no período compreendido entre o 20º (vigésimo) e o 15º (décimo quinto) dia útil imediatamente anterior ao dia da repactuação, mediante o registro formal protocolado junto à Instituição Financeira contratada para prestar serviço aos debenturistas, se houver, na sede social da EMISSORA, ou em locais por ela indicados. As debêntures adquiridas poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da

[Handwritten signatures and initials]

EMISSORA, ou ser novamente colocadas no mercado. Os debenturistas, após a comunicação das condições fixadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA, terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestar a sua opção de venda das debêntures.



12. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA: As debêntures desta emissão serão amortizadas a partir do 36º (trigésimo sexto) mês a contar da data de emissão, em 8 (oito) parcelas anuais, sendo cada uma das 6 (seis) primeiras no montante equivalente a 10 % (dez por cento) e cada uma das duas últimas parcelas no montante equivalente a 20 % (vinte por cento) do valor nominal de referência, ou seja o valor nominal inicial, não computadas as amortizações ocorridas.

13. NEGOCIAÇÃO: A emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

14. PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA: Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no jornal Gazeta do Oeste, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture.

15. LOCAL DE PAGAMENTO: Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos a que fizerem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, ou na sede da sociedade, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema, ou ainda, em Instituição Financeira contratada para tal fim.

16. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

17. JUROS DE MORA: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0 % (hum por cento) ao mês, além dos rendimentos estabelecidos na escritura de emissão das debêntures, calculados pelo critério "*pro-rata temporis*" desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

18. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS: Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

19. AQUISIÇÃO FACULTATIVA: A emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal não amortizado, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76, sendo que nesta hipótese, os rendimentos devidos pela EMISSORA, serão acrescidos ao valor das debêntures adquiridas. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou ser novamente colocadas no mercado.

20. **RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:** As debêntures objeto desta emissão poderão ser resgatadas, de forma total ou parcial, neste caso mediante decisão do Conselho de Administração da EMISSORA, e mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias úteis, poderão ser resgatadas, de forma total ou parcial, neste caso mediante aviso prévio, com pagamento do principal e dos rendimentos a que fizerem jus.



21. **CERTIFICADOS:** Os certificados das debêntures, se solicitados, serão entregues aos debenturistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a solicitação.

22. **DOS BENS ONERADOS A FAVOR DOS DEBENTURISTAS:** Os bens da EMISSORA serão onerados a favor dos debenturistas desta emissão, em graus subsequentes ao credor.

22.1. Nos casos em que ocorrer a liberação de ônus constituídos em grau anterior ao mencionado nesta cláusula sobre qualquer dos bens relacionados, será imediatamente averbado o respectivo registro de imóveis, de forma a reduzir, sucessivamente, o grau do ônus a favor dos debenturistas desta emissão.

23. **DAS OBRIGAÇÕES DOS INTERVENIENTES - Os INTERVENIENTES, JOSÉ NILSON DE SÁ, GERALDO CABRAL ROLA e OSMÍDIO CARVALHO, na qualidade de acionistas controladores da EMISSORA, detentores de, respectivamente: 24.972.000, 17.121.561 e 2.999.885 ações, todas ordinárias, caucionam, em conjunto, desde já, e com base neste instrumento, todas as ações ordinárias retro mencionadas, de sua propriedade, em favor dos debenturistas desta emissão, com o objetivo de assegurar que qualquer transferência ou negociação das referidas ações dependerá da prévia aprovação dos debenturistas desta emissão, reunidos em assembléia geral, instalada com todas as formalidades, para deliberarem sobre a matéria, cabendo à EMISSORA providenciar a imediata averbação desta condição nos registros próprios.**

24. **DO VENCIMENTO ANTECIPADO:** O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela emissora do valor do principal, computadas as amortizações ocorridas, e os rendimentos calculados "pro-rata temporis" até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) a existência de títulos em protesto legítimo e reiterado contra a EMISSORA;
- b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- c) liquidação ou decretação de falência da EMISSORA;
- d) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista na escritura de emissão, não sanada em 20 (vinte) dias, contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da EMISSORA previstas na escritura de emissão.

24.1. **DA CONVERSIBILIDADE EM AÇÕES:** Declaradas antecipadamente vencidas as debêntures desta emissão, os debenturistas poderão, à sua opção, à qualquer tempo até a data da liquidação do débito pela EMISSORA, converter as debêntures de sua propriedade em ações ordinárias e preferenciais da emissora, na proporção de 9.109 (nove mil cento e nove) ações ordinárias e 6.073 (seis mil e setenta e três) ações preferenciais por debênture apresentada.

- 05 (cinco) dias úteis após a solicitação da conversão.
- b) A quantidade de ações em que cada debênture poderá ser convertida será ajustada em relação a desdobramentos, grupamentos, bonificações em ações, a qualquer título e subscrições, inclusive pelo exercício de bônus de subscrição, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos. Da mesma forma, a quantidade de ações será reduzida nos mesmos percentuais das amortizações do principal das debêntures efetivamente ocorridas.
- c) As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos estatutariamente garantidos às ações da mesma espécie e farão jus à bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da emitente, a partir da data da conversão pelos debenturistas, observado, em relação aos dividendos do exercício social em que forem emitidas, o seguinte: (a) as ações oriundas de conversão ocorrida entre primeiro de janeiro e trinta de junho de cada exercício social farão jus ao dividendo integral do respectivo exercício social; (b) as ações oriundas de conversões ocorridas entre primeiro de julho e trinta e um de dezembro de cada exercício social farão jus à metade do dividendo integral do respectivo exercício social.
- d) Os debenturistas exercerão o direito à conversão das debêntures em ações pessoalmente ou através do envio de correspondência registrada, com aviso de recebimento, telex ou fax-símile à emitente que, por sua vez, efetuará a conversão, inclusive junto ao SND/CETIP, se for o caso. A solicitação de conversão deverá conter o nome do debenturista e a quantidade de debêntures que deseja converter. Para todos os efeitos legais, considerar-se-á como data da conversão a data de recebimento da solicitação de conversão pela EMISSORA.
- e) O preço de emissão das ações emitidas no exercício do direito à conversão de debêntures foi fixado em observância aos parâmetros estabelecidos pela parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, tendo sido considerado, preponderantemente, o valor patrimonial das ações.
- f) Por ocasião da conversão das debêntures os debenturistas farão jus ao recebimento dos rendimentos, calculados "pro-rata temporis", da data de emissão ou da última repactuação até o recebimento da solicitação de conversão, pagos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis deste recebimento.

25. DELEGAÇÃO: Foi delegado ao Conselho de Administração da EMISSORA, com referência às deliberações tomadas na AGE realizada em 10 de fevereiro de 1.997, poderes para a deliberação sobre as matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº. 6.404 de 15/12/76.

VI - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- 1.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
- 1.2) qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;
- 1.3) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do 1º semestre de seu exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;

The bottom of the page features several handwritten signatures in dark ink. To the right of the signatures, there is a circular stamp with text that is partially illegible but appears to include "EMISSORA" and "1997". There is also a small rectangular stamp with the number "7" inside it.



- 1.4) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM.
2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras previstas no art. 176 da Lei nº 6.404/76.
4. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste este serviço.
5. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por Lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de juros e/ou principal das debêntures, objeto desta escritura.
6. Com antecedência de 8 (oito) dias, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral. Decorridos 15 (quinze) dias, fornecer cópia de qualquer Assembléia geral.
7. Notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO de qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 2 (dois) dias úteis.
8. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

VII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta escritura, PENTÁGONO S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, retro qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures.

1. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- c) aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) estar ciente das disposições contidas na Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.

A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

2. Remuneração



Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO a título de honorários pelo desempenho dos deveres atribuições que lhe competem, nos termos da Lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) Parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pagas anualmente, sendo a primeira paga no dia 1º do mês seguinte ao da obtenção do registro de emissão na CVM e as posteriores na mesma data dos anos seguintes, calculada de forma proporcional ao tempo de vigência da debênture.
- b) Os pagamentos anuais citados no item "a" serão reajustados de acordo com a Taxa ANBID, divulgada pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento e de Desenvolvimento, a partir da data de emissão das debêntures, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas "pro-rata die", se necessário.
- c) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadas necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, a serem cobertas pela EMISSORA.
- d) Todas as despesas com procedimentos legais, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por mais de 60 (sessenta) dias.
- e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração de que trata este item, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida no item 17 da Cláusula IV anterior para as obrigações tratadas nesta escritura.
- f) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), Cofins, PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

Parágrafo Único - Na hipótese de inadimplência contratual da EMISSORA, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso por escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, sem prejuízo do disposto na letra "a" do item 2 desta cláusula, o AGENTE FIDUCIÁRIO fará jus à remuneração de 1% (hum por cento) sobre o montante da dívida cobrada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, a ser percebida na data do efetivo recebimento pelos debenturistas das obrigações pecuniárias em atraso.

3. Substituição

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia de Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem ao menos 10% (dez por cento) das debêntures

em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias, após o término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

Parágrafo Segundo - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo Terceiro - A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.

Parágrafo Quarto - A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à escritura de emissão, devendo tal aditamento ser averbado no registro de imóveis no qual foi registrada a presente escritura.

Parágrafo Quinto - O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

Parágrafo Sexto - Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

4. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO

Além outros previstos em Lei ou em ato normativo da CVM e nesta escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

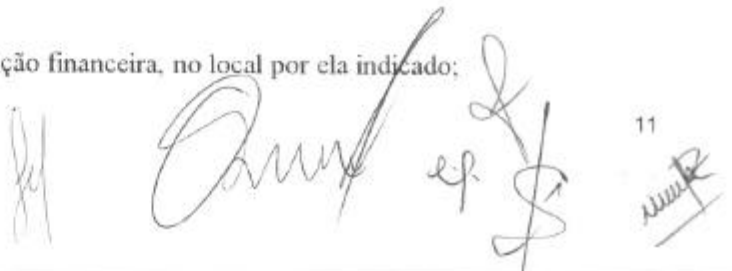
- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso



em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, da Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa, conforme disposto no item 14 da Cláusula IV;
- k) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar o relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
 - l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
 - l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - l.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - l.5) resgate, amortização e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;
 - l.6) constituição e aplicação do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - l.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
 - l.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - l.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;
 - l.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;
 - l.11) condições dos ativos constitutivos da garantia flutuante prestada, de sua exequibilidade e suficiência.
- m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
 - m.1) na sede da EMISSORA;
 - m.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;





- m.3) na CVM;
- m.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- m.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das debêntures.
- n) publicar anúncio no órgão de imprensa, conforme disposto no item 14 da Cláusula IV, comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "o" acima;
- o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA;
- p) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada: 1) à CVM; 2) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e 3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

5. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) Declarar, observadas as condições da presente escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c) Requerer a falência da EMISSORA;
- d) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

Parágrafo Primeiro - O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente escritura.

Parágrafo Segundo - O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" do caput deste item se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "d" do caput deste item.

6. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO

O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados, será acrescido à

[Handwritten signatures and initials]



dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

Parágrafo Primeiro - As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive: (i) publicações de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (ii) expedições de certidões; e (iii) locomoções entre estados da federação ou ao exterior e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções.

Parágrafo Segundo - A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

Parágrafo Terceiro - O ressarcimento, a que se refere esta cláusula, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção aos direitos dos portadores dos títulos.

VIII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia, a fim de deliberarem sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

Parágrafo Primeiro - A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM.

Parágrafo Segundo - Aplicam-se à assembléia de debenturistas, no que couber, as regras estabelecidas na Lei nº 6404/76 e no Estatuto Social, para a assembléia geral dos acionistas da EMISSORA.

Parágrafo Terceiro - A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

Parágrafo Quarto - Em qualquer caso o AGENTE FIDUCIÁRIO comparecerá à assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo Quinto - A assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Sexto - Nas deliberações da assembléia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

Parágrafo Sétimo - Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

Parágrafo Oitavo - Para efeito da constituição do *quorum* a que se refere o parágrafo anterior, serão excluídas do número de debêntures em circulação, as pertencentes à EMISSORA.

Parágrafo Nono - Será facultada a presença de representantes legais da EMISSORA na assembléia de debenturistas.



IX - DO FORO

O Foro da presente escritura será o Foro Central da Comarca de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta escritura.

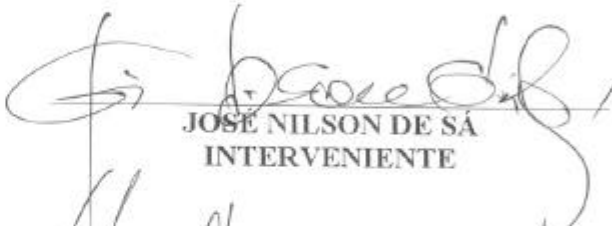
E por estarem justos e contratados, assinam a presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Mossoró - Estado do Rio Grande do Norte, 10 de fevereiro de 1997.


MAISA PARTICIPAÇÕES S.A.
EMISSIONA


PENTÁGONO S/A DTVM
AGENTE FIDUCIÁRIO


GERALDO CABRAL RÔLA
INTERVENIENTE


JOSÉ NILSON DE SA
INTERVENIENTE


OSMÍDIO CARVALHO
INTERVENIENTE

Testemunhas:

CPF:


029.833.137-35


CPF: 277.157.167-20

Cartório do 2º Ofício de Notas, Travessa do Ouvidor, 21 B
Centro - Rio de Janeiro, Imediato: Ney Ribeiro, Reconhecido por
semelhança as firmas de: SELMA BITENCOURT CARDOSO e SERGIO DA
COSTA RIBEIRO
No: 29409
Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 1997, Conf. por:
da verdade,
Rodrigo Santiago - Substituto

